

Estudo Técnico Preliminar 43/2021

1. Informações Básicas

Número do processo: 23096.201684/2018-86

2. Objeto

Obra da Reforma do Bloco Y - UFCG - Campus de Campina Grande.

3. Descrição da necessidade

Considerações iniciais sobre a infraestrutura do Bloco CY.

A obra de Conclusão da Reforma do Bloco CY foi iniciada em Dezembro de 2016 com a assinatura do contrato UFCG/PRA Nº043/2016, cujo objeto era a reforma da edificação com área total de 1.415,56m², tendo como principais serviços os seguintes:

Reforma geral dos banheiros com troca de Bacias Sanitária e revestimentos cerâmicos de parede e Piso;

Pintura total da edificação;

Revisão geral da cobertura, Calhas, rufos e Cumeeiras;

Demolição, substituição e Recuperação de Gesso;

Recuperação de bases de pilares das fachadas Norte e Sul;

Construção de corrimãos nas áreas de calçadas elevadas, escadas e rampas;

Substituição das esquadrias;

Após a execução de 28% do contrato, não houve prorrogação contratual, o que culminou na não conclusão da obra.

A contratação atual tem como objetivo a conclusão dos serviços que ficaram pendentes. Conforme especificações na planilha de custos.

Assim, o presente objeto justifica-se devido o interesse da Administração em concluir os serviços faltosos do contrato, pois o Bloco Y, é parte integrante da estrutura da UFCG. O qual atua diretamente nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Atuando nas demandas específicas do Laboratório de Física, como parte integrante do ensino e pesquisa.

4. Área requisitante

| Área Requisitante | Responsável |
|--------------------------|----------------------------|
| Prefeitura Universitária | Mário de Sousa Araujo Neto |

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

1- O presente objeto:

Trata - se da contratação de empresa para executar obra de engenharia, especializada no ramo da construção civil para execução de Reforma, conforme consta de maneira detalhada na planilha de custos.

2- Da execução:

A execução da obra seguirá a Legislação e todos os elementos que a mesma exige para este tipo de contratação. Para tanto consta no processo os projetos, planilha e cronograma apresentados pela Equipe da Contratação, ainda fazem parte do Estudo Técnico e Projeto Básico:

2.1 - Projeto Arquitetônico, composto pelos anexos;

2.2 - Projeto Elétrico, composto pelos anexos;

2.3 - Projeto de Combate a Incêndio;

2.4 - Memorial Descritivo - Projeto Técnico;

2.5 - Cronograma Físico-Financeiro;

2.6 - Composição BDI;

2.7 - Composição Civil;

2.8 - Composição Elétrica;

2.9 - Composição Leis Sociais,

2.10 - Planilha Orçamentária.

3- Da natureza dos serviços:

De natureza não continuado, os serviços deverão ser contratados por escopo, visto que impõem à Contratada o dever de realizar a prestação de um serviço específico em um período predeterminado.

4- Critérios e práticas de sustentabilidade:

A Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente –

CONAMA (3500985), e Instrução Normativa SLTI/MPOG n° 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

4.1 - O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, ou do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

4.2 - Nos termos dos artigos 3° e 10° da Resolução CONAMA n° 307, de 05/07/2002, a Contratada deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

4.2.1 - *resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados ou encaminhados a aterro de resíduos Classe A de preservação de material para usos futuros;*

4.2.2 - *resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;*

4. 2. 4 - *resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.*

4.3 - Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

4.4 - Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, ou do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

4.5 - A Contratada é obrigada a efetuar o recolhimento das embalagens dos materiais fornecidos, para fins de destinação final ambientalmente adequada, a cargo dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, conforme artigo 33 da Lei n° 12.305, de 2010, artigos 13 a 32 do Decreto n° 7.404, de 2010 e demais legislações correlatas.

6. Levantamento de Mercado

A solução para a realização da conclusão dos serviços constantes nos projetos anexo deste estudo é a metodologia de contratação desta Universidade e outros Órgão. Com base na estimativa das quantidades para execução do projeto foram feitos levantamentos das soluções existentes e padrões civil que melhor se adequam ao item desejado. Serão utilizados os métodos e especificações mais consagrados da construção civil. Destaca-se que todos os preços utilizados embasaram-se em fontes de referência, como o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI e outros.

7. Descrição da solução como um todo

A solução, como um todo, consiste na contratação de uma empresa para executar obra de engenharia, visando a reforma do Bloco Y, da Universidade Federal de Campina Grande - Campus de Campina Grande.

A contratada é responsável pela efetiva mão de obra especializada, nas condições determinadas no Termo de Referência e seus anexos.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

O quantitativo da demanda apresentado pela Prefeitura Universitária, estão contidos nos projetos anexo deste estudo e na planilha orçamentária. A reforma do bloco Y não foi concluída, tanto a parte externa quanto interna são objeto desta demanda. Estando os serviços pormenorizados na planilha.

9. Estimativa do Valor da Contratação

A planilha utilizada contém a descrição completa de cada um dos serviços utilizados, a indicação do código SINAPI (ressalvados apenas aqueles não contemplados no sistema), as respectivas unidades de medida, a composição dos custos, os coeficientes de produtividade e os valores resultantes (composição analítica), em compatibilidade com as especificações dos serviços estabelecidos no estudo técnico preliminar ou anteprojeto (Decreto n. 7.983, de 2013, art. 2º). Constando também a composição detalhada do BDI, nos termos do Decreto n. 7.983, de 2013, art. 9º.

Dentre os fatores correlacionados para a formação do preço dos serviços, destacam-se:

– **Preço de Referência:** A grande maioria dos preços unitários dos serviços constantes na planilha orçamentária foi retirada do SINAPI (Sistema Nacional de Preços da Construção Civil) disponibilizado pela Caixa Econômica Federal, no qual relacionamos na própria planilha o código do item utilizado. Para aqueles não encontrados do SINAPI, foram utilizados fontes governamentais, como SICRO do DNIT, SEINFRA do governo do Ceará e composições próprias.

– **Coeficiente dos insumos:** São as quantidades de insumo utilizadas para a composição de um serviço na unidade unitária. Os coeficientes dos materiais e mão de obra para a formulação da composição de preço unitária foram obtidos igualmente através de fontes oficiais, como SINAPI, SICRO E SEINFRA.

– **Encargos Sociais:** São os custos incidentes sobre a folha de pagamentos de salários (insumos classificados como mão de obra assalariada) e têm sua origem na CLT, na Constituição Federal de 1988, em leis específicas e nas Convenções Coletivas de Trabalho. Utilizou-se a composição dos encargos sociais disponibilizada pela Caixa Econômica Federal, na categoria desonerada (ANEXO VII).

- **BDI:** Bonificação e despesas indiretas, a fórmula de cálculo e as alíquotas foram retiradas do acórdão do TCU 325/2017-Plenário, sendo composto da administração central, garantias, riscos e seguros, tributos federais (PIS e COFINS), tributo municipal (ISS) e tributo sobre faturamento (lei 13.161), despesas financeiras e lucro da contratada (ANEXO VIII).

Totalizando:

| Item | Descrição | CATSERV | Unidade de Medida | Quantidade | Valor Unitário Máximo Aceitável |
|------|--|---------------------------------------|-------------------|------------|---|
| 1 | Conclusão da Reforma do Bloco CY foi iniciada em Dezembro de 2016 com a assinatura do contrato UFCG/PRA Nº043/2016, cujo objeto era a reforma da edificação com área total de 1.415,56m ² | 1627 (manutenção /reforma predial) | obra | 01 | R\$ 785.138,84 (setecentos e oitenta e cinco mil, cento e trinta e oito reais e oitenta e quatro centavos) |

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A finalidade pretendida pela Administração é evitar contratações administrativas defeituosas, assim entendidas aquelas que se inviabilizem ao longo da execução do objeto ou que não assegurem o aproveitamento mais eficiente dos recursos públicos à medida que promove uma licitação satisfatória, reduzindo o risco de conflitos, impugnações e atrasos. Em decorrência dos princípios da economicidade e da eficiência, foi realizado o adequado planejamento, escorado em estudos e pesquisas, a fim de obter propostas efetivamente vantajosas, evidenciando, enfim, a melhor utilização dos recursos que lhe são disponibilizados. A equipe sugere a realização de um único instrumento contratual, com duração de conforme cronograma físico e Projeto Básico.

Por se tratar de um serviço importante e para racionalização de licitações anuais, o que implica economia dos recursos financeiros e processuais. Além do que cada demanda da Administração ensejaria um novo contrato, o que implicaria alguns atos – como a publicação (art. 61, P.ú., da LLCA) e a gestão de inúmeros contratos – que podem ser eliminados quando da utilização do contrato de serviço por escopo, ganhando a Administração com mais eficiência econômica e gerencial frente às demais opções oferecidas pela legislação ao administrador público, em conformidade com o posicionamento desta equipe de Planejamento. Com relação ao não parcelamento do objeto, foi obedecido o Acórdão nº 2796/2013:

“Acórdão nº 2796/2013 – Plenário 3. A adjudicação por grupo ou lote não é, em princípio, irregular. A Administração, de acordo com sua capacidade e suas necessidades administrativas e operacionais, deve sopesar e optar, motivadamente, acerca da quantidade de contratos decorrentes da licitação a serem gerenciados”.

Verifica-se a inviabilidade técnica/econômica do parcelamento do presente objeto, à medida que a necessidade administrativa busca o menor dispêndio possível de recursos, bem como busca assegurar a qualidade da prestação do serviço. A maior vantagem, no presente estudo da escolha pelo não parcelamento, caracteriza-se como forma de adequação e satisfação do interesse coletivo. Justifica-se ainda em virtude dos serviços dele proveniente, tratar-se de um contrato de construção, no qual engloba uma cadeia de serviços, que na grande maioria das vezes possuem interdependência, sendo necessária a execução de determinado serviço para a execução de outro a posteriori, ou seja, necessitando de um engajamento e consonância entre os executores dos serviços.

Conforme a planilha orçamentária, os serviços de pintura e revestimento das fachadas, que representam juntos pouco mais de 80% do valor total do contrato, necessita de andaimes para sua execução devido à altura da edificação. Por sua vez, a montagem de andaimes, que representa em torno de 5% do valor total, seria contratada apenas uma vez, se os serviços forem executados por uma única empresa. Diante do exposto, o parcelamento do objeto acarretaria prejuízo à instituição, pois os serviços de andaime teriam que ser contratados por duas empresas, além disso, na execução da demanda poderia ter conflitos e atrasos no cronograma, uma vez que o serviço de pintura só poderia ser realizado após o revestimento cerâmico, pois a execução deste gera resíduos que sujam as paredes. Pode-se concluir que o parcelamento do objeto não apresenta viabilidade técnica e econômica à Instituição.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Necessitar-se-á da contratação de terceirizados para jardinagem, limpezas, vigilância e futura manutenção da estrutura física construída. Apesar da demanda apresentada de reforma do Bloco Y não deve ser de caráter contínuo, para o adequado aproveitamento e utilização dos espaços reformados, far-se-ão necessárias as contratações mencionadas.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Em conformidade com o planejamento institucional da Universidade Federal de Campina Grande, no que concernem as atribuições da Prefeitura Universitária, no âmbito do zelo e melhoramento da infraestrutura da Universidade, como destacado no Art. 26 da Resolução 06/2005 do Colegiado Pleno do Conselho Universitário da UFCG, são competências da Prefeitura Universitária:

I – colaborar com a Secretaria de Planejamento e Orçamento, no planejamento e desenvolvimento físico dos campi da Universidade;

II – elaborar estudos e projetos de edificações e infraestruturas nos campi ou fora deles quando do interesse da Universidade; (grifo nosso)

III – solicitar a contratação, fiscalizar, executar e controlar obras e serviços de engenharia; (grifo nosso)

VI – manter e conservar bens móveis e imóveis da universidade;

VI – planejar, fiscalizar, controlar e operar os serviços públicos de água, energia e comunicações;

VIII – zelar pela segurança da comunidade acadêmica, no âmbito dos campi, bem como pelo patrimônio da Universidade;

X – gerir os créditos provisionados e os recursos repassados, que se destinem à execução de suas atividades.

Desta forma, de maneira sintética são atribuições predominantes: à proposição de diretrizes, a orientação, a coordenação, a supervisão e a fiscalização de assuntos concernentes à infraestrutura da Universidade. O objeto aqui apresentado também está em conformidade com o projeto da Universidade Federal de Campina Grande, no que diz respeito à infraestrutura, para o período de 2015-2019, que propõe a promoção de ações de melhoria das condições ambientais de infraestrutura para fins da Comunidade Universitária, constando no PDI 2014-2019 da UFCG.

13. Resultados Pretendidos

Os resultados esperados pela contratação dos serviços de obra de engenharia para conclusão da reforma do Bloco Y vislumbram a melhoria da infraestrutura da edificação em questão e a garantia de espaços adequados para o pleno desenvolvimento das atividades acadêmicas. Esta obra propiciará uma significativa melhora na qualidade dos espaços da edificação, maior salubridade e melhor acomodação dos usuários em seu cotidiano acadêmico. Uma adequada estrutura física implica também na melhoria do processo de ensino, pesquisa e extensão e, conseqüentemente, na elevação dos índices institucionais de avaliação exigidos pelo MEC.

14. Providências a serem Adotadas

Para a plena execução dos serviços, a empresa contratada deverá providenciar o isolamento da área com o intuito de garantir a segurança e evitar acidentes. O Bloco poderá funcionar parcialmente durante a reforma, todavia os acessos deverão ser protegidos e disciplinados. A limpeza interna dos ambientes, realizada pelos funcionários responsáveis pela limpeza da instituição, deverá ser intensificada devido o aumento de poeira e resíduos produzidos durante a execução dos serviços.

Ao término do contrato a empresa contratada realizará a limpeza geral das fachadas e do entorno da edificação, com a retirada de materiais excedentes, equipamentos e entulho, ficando a cargo da Instituição o paisagismo e jardinagem das áreas verdes circunvizinhas.

15. Possíveis Impactos Ambientais

A equipe de planejamento não vislumbra impactos ambiental decorrentes da prestação do serviço. Contudo, conforme item 04 deste estudo, a contratada deverá atender a requisitos de sustentabilidade, para a prestação dos serviço.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, consoante o inciso XIII, art 7º da IN 40 de 22 de maio de 2020, da SEGES/ME.

17. Responsáveis

RENATA DUARTE ALMEIDA
PREFEITA UNIVERSITARIA / ENGENHEIRA